

Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 208 da 176ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 05 de setembro de 2011, com início às 14:15 horas, na Sala de Reuniões do Gabinete do Secretário, situado na Rua Pedro Ivo 750, nesta capital, com a presença dos conselheiros estaduais: Luiz Claudio Romanelli (SETS), Iram de Resende (SETS), Neivo Beraldin (SRTE), Ernane Garcia Ferreira (CUT), Karl Udo Heinrichs (CGTB), Ildemar Borges (Força Sindical), Denílson Pestana da Costa (NCST), José Toaldo Filho (FIEP), Francisco Macedo Machado (FECOMERCIO), Roberto Teixeira de Freitas (FEPASC), do Presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Paraná Bernardino Roberto de Carvalho, da Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Paraná Lindacir de Oliveira, da Coordenadora do Núcleo de Educação Previdenciária do INSS-Curitiba e do Fórum do Trabalho Doméstico, Teresinha Marfurte, da Advogada do Sindicato dos Empregadores Domésticos Márcia Montalto Rossato, da Chefe do Departamento de Trabalho, Emprego e Renda Elietti de Souza Vilela, do Chefe do Departamento de Relações do Trabalho Núncio Manala, do Chefe do Departamento de Economia Solidária Carlos Manoel Santos, da Chefe da Divisão de Qualificação Profissional Maria José Rossetti, da Chefe da Divisão de Seguro Desemprego Fátima R. M. Siqueira, da Chefe da Divisão de Documentação, Orientação e Certificação Profissional Maria Augusta Araújo e dos técnicos da SETS Luiz Antonio Bonato, Rosana Aparecida Rodrigues, Aldameri Imthurm, Marina Creplive, José Maurino e João Edison de Miranda realizou-se a 176ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 1- Abertura; 2- Aprovação da Ata Anterior; 3- Análise do Desempenho do Mercado de Trabalho Paranaense do 1º Semestre/2011 (anexo I); 4- Composição do Grupo do Piso do Salário Mínimo Regional; 5- Homologação Resoluções 305 e 306 (anexos II e III); 6- Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho; 7- Informes.

1) Abertura: Antes de declarar aberta a 176ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, o Presidente Luiz Claudio Romanelli (SETS), juntamente com o Presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Paraná, Bernardino Roberto de Carvalho, e a Presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Paraná, Lindacir de Oliveira, realizaram a assinatura do documento que endossa a Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada entre os Sindicatos dos Trabalhadores e Empregadores Domésticos do Paraná. Entendendo que as modernas relações do trabalho, dentro da Agenda do Trabalho Decente, acontecem de forma tripartite, o Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Luiz Claudio Romanelli, reafirma o reconhecimento da luta dos trabalhadores domésticos pelos seus direitos. Denílson Pestana da Costa perguntou quantos municípios são abrangidos por essa política. Bernardino Roberto de Carvalho respondeu que a abrangência do Sindicato Patronal é no estado todo, mas o Sindicato das Empregadas não conseguiu expandir, ficando em apenas 32 municípios, sendo eles Curitiba e as cidades próximas em um raio de 100 quilômetros. Denílson Pestana da Costa disse que este é um ato extremamente importante para os trabalhadores, que o ideal seria que os 399 municípios fossem abrangidos por essa política e que seria necessário

verificar juridicamente uma forma de estender esta abrangência, com algum documento assinado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária e pelo Ministério Público. Núncio Manalla disse que teremos uma visita do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, no Paraná, nos próximos dias, e deveríamos montar uma comissão tripartite para realizar essa discussão, pois a categoria das empregadas domésticas não é reconhecida, vivendo assim de doação, arrecadando muitas vezes 4 mil reais ao ano, ao contrário do sindicato dos metalúrgicos que arrecada mais de 30 mil reais ao ano. Por isso, devemos montar um grupo executivo, sob a coordenação do Ministério Público do Trabalho, para, pelo menos, cobrarmos o imposto sindical. Luiz Claudio Romanelli disse que a proposta é boa, e que o Núncio Manalla ficará encarregado disso. Disse ainda que foi acrescentado ao Regimento Interno da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária o Departamento de Economia Solidária e o Departamento de Relações do Trabalho. Agradeceu aos companheiros e disse que a luta é interessantíssima, e que enviará ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, um anteprojeto de lei para equiparar os direitos do empregados domésticos e celetistas. Sendo assim, saudou os conselheiros presentes e declarou aberta a 176ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho.

2) Aprovação da Ata Anterior: Foi aprovada a Ata de nº 205 e de nº 206, referente à 173ª e 174ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho. O conselheiro Ernane Garcia Ferreira sugeriu a seguinte emenda na Ata de nº 206, da 174ª reunião ordinária, na página 05, linha 137, retirar a palavra recei e acrescentar a palavra "NR".

3) Análise do Desempenho do Mercado de Trabalho Paranaense do 1º Semestre/2011: O Presidente Luiz Claudio Romanelli justificou a ausência do Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas, Antonio Benedito Siqueira, e da técnica Márcia Dias Ramos que, por problemas pessoais, não poderão realizar a apresentação, disse ainda que como todos os conselheiros receberam o material via e-mail, poderíamos incluir esse item na pauta para a próxima reunião. Denílson Pestana da Costa sugeriu retirar da pauta essas apresentações, pois querem receber para fazer questionamentos de algo que não entendam, e que se realize a apresentação quando for alguma mudança importante. Luiz Claudio Romanelli disse que fica um ponto superado, e que as pesquisas serão devidamente enviadas mensalmente aos conselheiros. Núncio Manalla agradeceu Denílson pela fala, dizendo ainda que o Observatório do Trabalho tem feito muito bem todos os estudos, que podem receber o material e repassarem para seus sindicatos. Luiz Claudio Romanelli disse que foi uma boa intervenção, e que realmente o Observatório tem realizado ótimos trabalhos, sendo importantíssimos para o Conselho Estadual do Trabalho.

4) Composição do Grupo do Piso do Salário Mínimo Regional: Luiz Claudio Romanelli disse que é preciso formalizar os encaminhamentos dos nomes para a composição do Grupo do Piso do Salário Mínimo Regional, que terá o prazo de 90 dias para realizar a discussão sobre a política de continuidade do Piso do Salário Mínimo Regional, tendo até o dia 05 de dezembro de 2011 para apresentar os resultados desta discussão. Denílson da Costa Pestana disse que já havia enviado o ofício com o nome do representante da bancada dos trabalhadores, 30 dias atrás. Luiz Claudio Romanelli disse que já havia recebido o ofício nomeando o representante da bancada dos trabalhadores, do Ministério Público e do Dieese, faltando ainda a bancada do poder público, a bancada dos empregadores e a superintendência regional do trabalho. Roberto

Teixeira de Freitas disse que a bancada dos trabalhadores começou uma discussão para firmar nomes, mas que formalizariam até o dia 16 de setembro. Denílson Pestana da Costa disse que deveriam realizar ainda no mês de setembro a 1ª reunião de discussão deste tema, para definir as regras do debate. Núncio Manala sugeriu que fosse realizada esta primeira reunião no dia 21 de setembro. Luiz Claudio Romanelli disse que fica marcado então para o dia 21 de setembro e que indica para representar a bancada do poder público Nuncio Manala.

5) Homologação Resoluções 305 e 306: Luiz Claudio Romanelli disse que havia duas resoluções para homologação do Conselho Estadual do Trabalho, que seriam a 305 e 306, que tratavam do remanejamento e replanejamento do Planteq/2010 e do cadastramento de novas unidades de atendimento do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, consecutivamente. Karl Udo Heinrichs disse que pelo fato de estarem replanejando e remanejando verba, deveria haver uma melhor sintonia entre as executoras e as demandas de cada região, para que a troca de municípios fosse menor, pois o objetivo é usar bem o pouco recurso que temos, devemos antes de contratar, fazer contato com a executora e verificar quais são as reais demandas. Luiz Claudio Romanelli concordou com a fala anterior, mas disse que a demanda dos últimos anos variou constantemente, e quando foi feita a contratação havia uma certa demanda que na hora da execução não existia mais, devido ao tempo longo entre a contratação e a execução dos cursos demandados. Ernane Garcia Ferreira perguntou quais foram os critérios utilizados no artigo 3º para a exclusão dos devidos municípios. Maria José Rossetti disse que esses municípios excluídos estavam na resolução 301, mas em função do tempo entre o planejado e a execução eles acabaram desistindo. Ernane Garcia Ferreira perguntou qual foi a justificativa daqueles municípios para desistirem dos cursos. Maria José Rossetti respondeu dizendo que eles não tinham mais interesse nos cursos que seriam ofertados. Ildemar Borges perguntou se a desistência seria pelo tempo na aplicação. Luiz Antonio Bonato disse que quando houve demanda tinham vagas e com a demora na aplicação dos cursos, as vagas acabaram sendo preenchidas. Ildemar Borges perguntou qual é o prazo normal para qualificar. Luiz Antonio Bonato respondeu que seria 90 dias. Ildemar Borges perguntou quanto tempo demora para gerar um curso. Luiz Antonio Bonato disse que demorou um ano e meio pois tiveram problemas políticos e administrativos, por isso muitos municípios acabaram abdicando, mas o tempo normal seria de 6 meses. Denílson Pestana da Costa disse que, anteriormente, Luiz Claudio Romanelli havia dito que prioritariamente haveria o repasse para o Sistema S. E que a executora tem que pegar tudo ou então pegar nada, não adianta pegar só os melhores, deve fazer todos. Roberto Teixeira de Freitas disse que o próprio Denílson Pestana da Costa havia dito que não deveria passar tudo para o Sistema S. Denílson da Costa Pestana disse que qualificação profissional deve sim ser pública, mas já que vai pegar os cursos, que pegue todos então. Luiz Claudio Romanelli disse que Denílson da Costa Pestana tem toda a razão, que ele também tem discutido esse tema com o Sistema S. Mas disse também que estava muito feliz com o Sistema S, pois eles toparam voltar a trabalhar com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. Karl Udo Heinrichs disse que a Secretaria ficou devendo 700 mil para o Sistema S e foi mérito do Secretário Luiz Claudio Romanelli fazer com que eles aceitassem voltar a trabalhar com a Secretaria. Ernane Garcia Ferreira perguntou quais foram os motivos para excluir o município de Carambeí. Luiz Antonio Bonato disse que, independente

dos argumentos, o Sistema S sempre atendeu prontamente a SETS, mas o maior problema é no setor da indústria, a logística é muito mais complicada. E como o município de Carambeí era no setor da indústria, tentamos transformar em comércio, mas o município não quis. Luiz Claudio Romanelli disse que o Senai consegue atender 25% da demanda que o mercado de trabalho exige. E, por decisões gerenciais, grande parte dos seus cursos são cobrados das empresas. O que foi remanejado, foi feito com base na realidade, está sendo salvo o dinheiro que temos para aplicar e qualificar outros trabalhadores. Ernane Garcia Ferreira disse que vê cidades importantes sendo excluídas sem consultá-las e que deveriam achar alternativas para atendê-las. Luiz Claudio Romanelli disse que Ernane Garcia Ferreira tem toda a razão e que se deve submeter ao Conselho Estadual do Trabalho cada mudança, devendo ser bem fundamentadas. Karl Udo Heinrichs perguntou como estava o Programa do Passaporte para o Trabalho. Luiz Claudio Romanelli disse que o Ministério do Trabalho e Emprego quer usar o Paraná como piloto nesse programa e que na Resolução 575/CODEFAT já está criado o Passaporte para o Trabalho. Disse ainda que por mais nada havendo, declara homologada a resolução 305 do Conselho Estadual do Trabalho. Disse ainda que a resolução 306 se refere ao credenciamento de novas unidades do SPTER. E que, em função do novo sistema operacional, foi constatado que 29 unidades não são reconhecidas pelo MTE. Elietti de Souza Vilela disse que tiveram que alterar o plano de trabalho, tirando a expressão vinculadas à agência mãe para poderem ser credenciadas. Luiz Claudio Romanelli disse que assim sendo, declara homologada a resolução 306 do Conselho Estadual do Trabalho.

6) Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho: Luiz Claudio Romanelli disse que havia algumas homologações de conselhos municipais para serem discutidas. Denílson Pestana da Costa disse que é preciso interar os conselheiros sobre essas homologações. Luiz Claudio Romanelli declarou suspenso este item, passando para a pauta da próxima reunião do Conselho Estadual do Trabalho.

7) Informes: Luiz Claudio Romanelli disse que era preciso abordar o tema da eleição e rodízio o Conselho Estadual do Trabalho, e que nada melhor do que esse colegiado para saber o que melhor deveria ser feito. Disse ainda que conforme o regimento, a eleição deve acontecer em março e a posse em abril, sendo que em 2010 a posse foi em setembro. Deve ser construído um consenso sobre este tema, sugerindo ainda que a eleição fosse em dezembro para coincidir com o ano civil, ficando aberta a discussão para decidir este tema, pois deve ser encaminhado ao governador o regulamento da SETS. José Toaldo Filho disse que concorda com a fala anterior e que começar no ano civil seria o ideal. Roberto Teixeira de Freitas disse que para aprovar o regimento foi bem trabalhoso, e que devido à isto, sugere postergar a eleição para o mês de março, de acordo com o que diz o regimento. Ildemar Borges disse que o regimento realmente deu muito trabalho, é necessário adotá-lo. O Estado tem muita rotatividade, vamos acabar perdendo novamente, prorrogar a eleição não há nenhum inconveniente, desde que seja respeitado o regimento. Karl Udo Heinrichs disse que a constituição deve ser respeitada, e então que o Secretário exerça a função de Presidente do Conselho Estadual do Trabalho até março para que se possa cumprir o regimento. Luiz Claudio Romanelli disse que estará sempre nas reuniões e entende que o rodízio é saudável e que todos os atos que toma sempre são respaldados pelo CET. E que sempre fará do CET a instância máxima da SETS. Ernane Garcia Ferreira perguntou se o mandato está invadindo o próximo mês.

Elietti de Souza Vilela disse que o antigo Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Tércio Albuquerque, assumiu em março e os conselheiros não haviam sido nomeados ainda, em agosto foi o pedido de nomeação para a casa civil e em setembro houve a reunião dando posse a todos os conselheiros. Ernane Garcia Ferreira questionou se o regimento ficaria inválido, pois na prática aconteceu outra coisa que não estava no regimento. Ildemar Borges perguntou até que ponto validariam o regimento. Denílson Pestana da Costa disse que só há uma medida a tomar, que é prorrogar o mandato ou refazer o regimento com toda a burocracia, e isso deveria ser levantado em março e não agora. E pensa que deveria prorrogar o mandato, enquanto isso a bancada dos trabalhadores vai se articulando para ver quem representará a bancada na presidência do CET. Ildemar Borges disse que tudo isso precisa constar na ata. Luiz Claudio Romanelli agradeceu pela confiança de todos os membros do Conselho Estadual do Trabalho. E declarou prorrogado para março o mandato da bancada do poder público na presidência do CET, perguntando ainda se alguém teria algum outro informe. Ildemar Borges disse que precisa acrescentar como ponto de pauta os fatos acontecidos recentemente com os catadores de lixo e os trabalhadores do transporte coletivo que não podem nem fazer as suas necessidades. E que deveria convidar a URBS e os sindicatos para explicarem o que está acontecendo, está sendo plantado em mídia que temos o melhor sistema de transporte, então o que está havendo, é preciso intervir para achar uma solução. Luiz Claudio Romanelli disse que foi já foi procurado pelo SINDIMOC e conversou com a prefeitura de Curitiba, e nos aspectos que envolvem o trabalhador é necessário realizar uma discussão. Roberto Teixeira de Freitas disse que como é concessão pública, caberia sim chamar a URBS. Luiz Claudio Romanelli disse que a URBS será convidada para participar de uma reunião do CET, e que qualquer greve do transporte coletivo afetará tudo. A URBS tem que resolver a questão técnica dos trabalhadores. Ernane Garcia Ferreira disse que deve trazer essa discussão para o CET e questionou como anda a agenda do Trabalho Decente. Núncio Manala respondeu dizendo que já estão com toda a programação dos dias e locais pronta. Ernane Garcia Ferreira solicitou que fosse enviada essa programação por e-mail aos conselheiros.

Esgotada a pauta e nada mais havendo para tratar, o presidente Luiz Claudio Romanelli agradeceu a todos e deu por encerrada a 176ª Reunião Ordinária do CET, da qual eu, Mariane Veiga, lavrei a presente Ata.

Curitiba, 26 de Setembro de 2011 ATA nº 208 da 176ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO

ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 05 de setembro de 2011, com início às 14:15 horas, na Sala de Reuniões do Gabinete do Secretário, situado na Rua Pedro Ivo 750, nesta capital, com a presença dos conselheiros estaduais: Luiz Claudio Romanelli (SETS), Iram de Resende (SETS), Neivo Beraldin (SRTE), Ernane Garcia Ferreira (CUT), Karl Udo Heinrichs (CGTB), Ildemar Borges (Força Sindical), Denílson Pestana da Costa (NCST), José Toaldo Filho (FIEP), Francisco Macedo Machado (FECOMERCIO), Roberto Teixeira de Freitas (FEPASC), do Presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Paraná Bernardino Roberto de Carvalho, da Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos

do Paraná Lindacir de Oliveira, da Coordenadora do Núcleo de Educação Previdenciária do INSS-Curitiba e do Fórum do Trabalho Doméstico, Teresinha Marfurte, da Advogada do Sindicato dos Empregadores Domésticos Márcia Montalto Rossato, da Chefe do Departamento de Trabalho, Emprego e Renda Elietti de Souza Vilela, do Chefe do Departamento de Relações do Trabalho Núncio Manala, do Chefe do Departamento de Economia Solidária Carlos Manoel Santos, da Chefe da Divisão de Qualificação Profissional Maria José Rossetti, da Chefe da Divisão de Seguro Desemprego Fátima R. M. Siqueira, da Chefe da Divisão de Documentação, Orientação e Certificação Profissional Maria Augusta Araújo e dos técnicos da SETS Luiz Antonio Bonato, Rosana Aparecida Rodrigues, Aldameri Imthurm, Marina Creplive, José Maurino e João Edison de Miranda realizou-se a 176ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 1- Abertura; 2- Aprovação da Ata Anterior; 3- Análise do Desempenho do Mercado de Trabalho Paranaense do 1º Semestre/2011 (anexo I); 4- Composição do Grupo do Piso do Salário Mínimo Regional; 5- Homologação Resoluções 305 e 306 (anexos II e III); 6- Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho; 7- Informes.

1) Abertura: Antes de declarar aberta a 176ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, o Presidente Luiz Claudio Romanelli (SETS), juntamente com o Presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Paraná, Bernardino Roberto de Carvalho, e a Presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Paraná, Lindacir de Oliveira, realizaram a assinatura do documento que endossa a Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada entre os Sindicatos dos Trabalhadores e Empregadores Domésticos do Paraná. Entendendo que as modernas relações do trabalho, dentro da Agenda do Trabalho Decente, acontecem de forma tripartite, o Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Luiz Claudio Romanelli, reafirma o reconhecimento da luta dos trabalhadores domésticos pelos seus direitos. Denílson Pestana da Costa perguntou quantos municípios são abrangidos por essa política. Bernardino Roberto de Carvalho respondeu que a abrangência do Sindicato Patronal é no estado todo, mas o Sindicato das Empregadas não conseguiu expandir, ficando em apenas 32 municípios, sendo eles Curitiba e as cidades próximas em um raio de 100 quilômetros. Denílson Pestana da Costa disse que este é um ato extremamente importante para os trabalhadores, que o ideal seria que os 399 municípios fossem abrangidos por essa política e que seria necessário verificar juridicamente uma forma de estender esta abrangência, com algum documento assinado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária e pelo Ministério Público. Núncio Manalla disse que teremos uma visita do Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, no Paraná, nos próximos dias, e deveríamos montar uma comissão tripartite para realizar essa discussão, pois a categoria das empregadas domésticas não é reconhecida, vivendo assim de doação, arrecadando muitas vezes 4 mil reais ao ano, ao contrário do sindicato dos metalúrgicos que arrecada mais de 30 mil reais ao ano. Por isso, devemos montar um grupo executivo, sob a coordenação do Ministério Público do Trabalho, para, pelo menos, cobrarmos o imposto sindical. Luiz Claudio Romanelli disse que a proposta é boa, e que o Núncio Manalla ficará encarregado disso. Disse ainda que foi acrescentado ao Regimento Interno da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária o Departamento de Economia Solidária e o Departamento de Relações do Trabalho.

Agradeceu aos companheiros e disse que a luta é interessantíssima, e que enviará ao Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, um anteprojeto de lei para equiparar os direitos do empregados domésticos e celetistas. Sendo assim, saudou os conselheiros presentes e declarou aberta a 176ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho.

2) Aprovação da Ata Anterior: Foi aprovada a Ata de nº 205 e de nº 206, referente à 173ª e 174ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho. O conselheiro Ernane Garcia Ferreira sugeriu a seguinte emenda na Ata de nº 206, da 174ª reunião ordinária, na página 05, linha 137, retirar a palavra recei e acrescentar a palavra "NR".

3) Análise do Desempenho do Mercado de Trabalho Paranaense do 1º Semestre/2011: O Presidente Luiz Claudio Romanelli justificou a ausência do Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas, Antonio Benedito Siqueira, e da técnica Márcia Dias Ramos que, por problemas pessoais, não poderão realizar a apresentação, disse ainda que como todos os conselheiros receberam o material via e-mail, poderíamos incluir esse item na pauta para a próxima reunião. Denílson Pestana da Costa sugeriu retirar da pauta essas apresentações, pois querem receber para fazer questionamentos de algo que não entendam, e que se realize a apresentação quando for alguma mudança importante. Luiz Claudio Romanelli disse que fica um ponto superado, e que as pesquisas serão devidamente enviadas mensalmente aos conselheiros. Núncio Manalla agradeceu Denílson pela fala, dizendo ainda que o Observatório do Trabalho tem feito muito bem todos os estudos, que podem receber o material e repassarem para seus sindicatos. Luiz Claudio Romanelli disse que foi uma boa intervenção, e que realmente o Observatório tem realizado ótimos trabalhos, sendo importantíssimos para o Conselho Estadual do Trabalho.

4) Composição do Grupo do Piso do Salário Mínimo Regional: Luiz Claudio Romanelli disse que é preciso formalizar os encaminhamentos dos nomes para a composição do Grupo do Piso do Salário Mínimo Regional, que terá o prazo de 90 dias para realizar a discussão sobre a política de continuidade do Piso do Salário Mínimo Regional, tendo até o dia 05 de dezembro de 2011 para apresentar os resultados desta discussão. Denílson da Costa Pestana disse que já havia enviado o ofício com o nome do representante da bancada dos trabalhadores, 30 dias atrás. Luiz Claudio Romanelli disse que já havia recebido o ofício nomeando o representante da bancada dos trabalhadores, do Ministério Público e do Dieese, faltando ainda a bancada do poder público, a bancada dos empregadores e a superintendência regional do trabalho. Roberto Teixeira de Freitas disse que a bancada dos trabalhadores começou uma discussão para firmar nomes, mas que formalizariam até o dia 16 de setembro. Denílson Pestana da Costa disse que deveriam realizar ainda no mês de setembro a 1ª reunião de discussão deste tema, para definir as regras do debate. Núncio Manala sugeriu que fosse realizada esta primeira reunião no dia 21 de setembro. Luiz Claudio Romanelli disse que fica marcado então para o dia 21 de setembro e que indica para representar a bancada do poder público Nuncio Manala.

5) Homologação Resoluções 305 e 306: Luiz Claudio Romanelli disse que havia duas resoluções para homologação do Conselho Estadual do Trabalho, que seriam a 305 e 306, que tratavam do remanejamento e replanejamento do Planteq/2010 e do cadastramento de novas unidades de atendimento do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, consecutivamente. Karl Udo Heinrichs disse que pelo fato de estarem replanejando e remanejando verba, deveria haver uma melhor sintonia entre as executoras e as demandas de cada região,

para que a troca de municípios fosse menor, pois o objetivo é usar bem o pouco recurso que temos, devemos antes de contratar, fazer contato com a executora e verificar quais são as reais demandas. Luiz Claudio Romanelli concordou com a fala anterior, mas disse que a demanda dos últimos anos variou constantemente, e quando foi feita a contratação havia uma certa demanda que na hora da execução não existia mais, devido ao tempo longo entre a contratação e a execução dos cursos demandados. Ernane Garcia Ferreira perguntou quais foram os critérios utilizados no artigo 3º para a exclusão dos devidos municípios. Maria José Rossetti disse que esses municípios excluídos estavam na resolução 301, mas em função do tempo entre o planejado e a execução eles acabaram desistindo. Ernane Garcia Ferreira perguntou qual foi a justificativa daqueles municípios para desistirem dos cursos. Maria José Rossetti respondeu dizendo que eles não tinham mais interesse nos cursos que seriam ofertados. Ildemar Borges perguntou se a desistência seria pelo tempo na aplicação. Luiz Antonio Bonato disse que quando houve demanda tinham vagas e com a demora na aplicação dos cursos, as vagas acabaram sendo preenchidas. Ildemar Borges perguntou qual é o prazo normal para qualificar. Luiz Antonio Bonato respondeu que seria 90 dias. Ildemar Borges perguntou quanto tempo demora para gerar um curso. Luiz Antonio Bonato disse que demorou um ano e meio pois tiveram problemas políticos e administrativos, por isso muitos municípios acabaram abdicando, mas o tempo normal seria de 6 meses. Denílson Pestana da Costa disse que, anteriormente, Luiz Claudio Romanelli havia dito que prioritariamente haveria o repasse para o Sistema S. E que a executora tem que pegar tudo ou então pegar nada, não adianta pegar só os melhores, deve fazer todos. Roberto Teixeira de Freitas disse que o próprio Denílson Pestana da Costa havia dito que não deveria passar tudo para o Sistema S. Denílson da Costa Pestana disse que qualificação profissional deve sim ser pública, mas já que vai pegar os cursos, que pegue todos então. Luiz Claudio Romanelli disse que Denílson da Costa Pestana tem toda a razão, que ele também tem discutido esse tema com o Sistema S. Mas disse também que estava muito feliz com o Sistema S, pois eles toparam voltar a trabalhar com a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. Karl Udo Heinrichs disse que a Secretaria ficou devendo 700 mil para o Sistema S e foi mérito do Secretário Luiz Claudio Romanelli fazer com que eles aceitassem voltar a trabalhar com a Secretaria. Ernane Garcia Ferreira perguntou quais foram os motivos para excluir o município de Carambeí. Luiz Antonio Bonato disse que, independente dos argumentos, o Sistema S sempre atendeu prontamente a SETS, mas o maior problema é no setor da indústria, a logística é muito mais complicada. E como o município de Carambeí era no setor da indústria, tentamos transformar em comércio, mas o município não quis. Luiz Claudio Romanelli disse que o Senai consegue atender 25% da demanda que o mercado de trabalho exige. E, por decisões gerenciais, grande parte dos seus cursos são cobrados das empresas. O que foi remanejado, foi feito com base na realidade, está sendo salvo o dinheiro que temos para aplicar e qualificar outros trabalhadores. Ernane Garcia Ferreira disse que vê cidades importantes sendo excluídas sem consultá-las e que deveriam achar alternativas para atendê-las. Luiz Claudio Romanelli disse que Ernane Garcia Ferreira tem toda a razão e que se deve submeter ao Conselho Estadual do Trabalho cada mudança, devendo ser bem fundamentadas. Karl Udo Heinrichs perguntou como estava o Programa do Passaporte para o Trabalho. Luiz Claudio Romanelli disse que o Ministério do

Trabalho e Emprego quer usar o Paraná como piloto nesse programa e que na Resolução 575/CODEFAT já está criado o Passaporte para o Trabalho. Disse ainda que por mais nada havendo, declara homologada a resolução 305 do Conselho Estadual do Trabalho. Disse ainda que a resolução 306 se refere ao credenciamento de novas unidades do SPTER. E que, em função do novo sistema operacional, foi constatado que 29 unidades não são reconhecidas pelo MTE. Elietti de Souza Vilela disse que tiveram que alterar o plano de trabalho, tirando a expressão vinculadas à agência mãe para poderem ser credenciadas. Luiz Claudio Romanelli disse que assim sendo, declara homologada a resolução 306 do Conselho Estadual do Trabalho.

6) Homologação de Conselhos Municipais do Trabalho: Luiz Claudio Romanelli disse que havia algumas homologações de conselhos municipais para serem discutidas. Denílson Pestana da Costa disse que é preciso interar os conselheiros sobre essas homologações. Luiz Claudio Romanelli declarou suspenso este item, passando para a pauta da próxima reunião do Conselho Estadual do Trabalho.

7) Informes: Luiz Claudio Romanelli disse que era preciso abordar o tema da eleição e rodízio o Conselho Estadual do Trabalho, e que nada melhor do que esse colegiado para saber o que melhor deveria ser feito. Disse ainda que conforme o regimento, a eleição deve acontecer em março e a posse em abril, sendo que em 2010 a posse foi em setembro. Deve ser construído um consenso sobre este tema, sugerindo ainda que a eleição fosse em dezembro para coincidir com o ano civil, ficando aberta a discussão para decidir este tema, pois deve ser encaminhado ao governador o regulamento da SETS. José Toaldo Filho disse que concorda com a fala anterior e que começar no ano civil seria o ideal. Roberto Teixeira de Freitas disse que para aprovar o regimento foi bem trabalhoso, e que devido à isto, sugere postergar a eleição para o mês de março, de acordo com o que diz o regimento. Ildemar Borges disse que o regimento realmente deu muito trabalho, é necessário adotá-lo. O Estado tem muita rotatividade, vamos acabar perdendo novamente, prorrogar a eleição não há nenhum inconveniente, desde que seja respeitado o regimento. Karl Udo Heinrichs disse que a constituição deve ser respeitada, e então que o Secretário exerça a função de Presidente do Conselho Estadual do Trabalho até março para que se possa cumprir o regimento. Luiz Claudio Romanelli disse que estará sempre nas reuniões e entende que o rodízio é saudável e que todos os atos que toma sempre são respaldados pelo CET. E que sempre fará do CET a instância máxima da SETS. Ernane Garcia Ferreira perguntou se o mandato está invadindo o próximo mês. Elietti de Souza Vilela disse que o antigo Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Tércio Albuquerque, assumiu em março e os conselheiros não haviam sido nomeados ainda, em agosto foi o pedido de nomeação para a casa civil e em setembro houve a reunião dando posse a todos os conselheiros. Ernane Garcia Ferreira questionou se o regimento ficaria inválido, pois na prática aconteceu outra coisa que não estava no regimento. Ildemar Borges perguntou até que ponto validariam o regimento. Denílson Pestana da Costa disse que só há uma medida a tomar, que é prorrogar o mandato ou refazer o regimento com toda a burocracia, e isso deveria ser levantado em março e não agora. E pensa que deveria prorrogar o mandato, enquanto isso a bancada dos trabalhadores vai se articulando para ver quem representará a bancada na presidência do CET. Ildemar Borges disse que tudo isso precisa constar na ata. Luiz Claudio Romanelli agradeceu pela confiança de todos os membros do Conselho Estadual do Trabalho. E declarou prorrogado para março o mandato da bancada do poder

público na presidência do CET, perguntando ainda se alguém teria algum outro informe. Ildemar Borges disse que precisa acrescentar como ponto de pauta os fatos acontecidos recentemente com os catadores de lixo e os trabalhadores do transporte coletivo que não podem nem fazer as suas necessidades. E que deveria convidar a URBS e os sindicatos para explicarem o que está acontecendo, está sendo plantado em mídia que temos o melhor sistema de transporte, então o que está havendo, é preciso intervir para achar uma solução. Luiz Claudio Romanelli disse que foi já procurado pelo SINDIMOC e conversou com a prefeitura de Curitiba, e nos aspectos que envolvem o trabalhador é necessário realizar uma discussão. Roberto Teixeira de Freitas disse que como é concessão pública, caberia sim chamar a URBS. Luiz Claudio Romanelli disse que a URBS será convidada para participar de uma reunião do CET, e que qualquer greve do transporte coletivo afetará tudo. A URBS tem que resolver a questão técnica dos trabalhadores. Ernane Garcia Ferreira disse que deve trazer essa discussão para o CET e questionou como anda a agenda do Trabalho Decente. Núncio Manala respondeu dizendo que já estão com toda a programação dos dias e locais pronta. Ernane Garcia Ferreira solicitou que fosse enviada essa programação por e-mail aos conselheiros.

Esgotada a pauta e nada mais havendo para tratar, o presidente Luiz Claudio Romanelli agradeceu a todos e deu por encerrada a 176ª Reunião Ordinária do CET, da qual eu, Mariane Veiga, lavrei a presente Ata.

Curitiba, 26 de Setembro de 2011